

FACULDADE DE DIREITO

— DA —

UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.^a CADEIRA

DO

2.^o ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

CIÊNCIAS DAS FINANÇAS

Dr. Luiz Sebastião Guedes

Alcoforado

PROFESSOR CATEDRÁTICO

1950



2.º ANO

4.ª CADEIRA

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Dr. LUIZ SEBASTIÃO GUEDES ALCOFORADO

Prof. Catedrático

INTRODUÇÃO

- 1 — Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
- 2 — Ciência das finanças, conceito. Metodologia. O problema das leis financeiras.

- 8 — Fenômeno financeiro. Teorias econômicas e doutrinas socio-políticas na sua interpretação.

- 4 — Ciência das Finanças e Economia Política. Relações da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

- 5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.

- 6 — Literatura nacional em matéria econômico-financeira. Movimento científico nos séculos XIX e XX.

- 7 — Problemas e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

PARTE 1.^a

DESPESA PÚBLICA

- 8 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.

- 9 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
- 10 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.
- 11 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa, da justiça e da educação e instrução.
- 12 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2.^a

RECEITA PÚBLICA

- 13 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
- 14 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federa-

ção. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

- 15 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. Imprensa Nacional. Loteria.
- 16 — Empresas comerciais do Estado. Monopólios fiscais. Bancos do Estado.
- 17 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições especiais, os impostos.
- 18 — Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.
- 19 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processo de cobrança.
- 20 — Contribuição especial. Conceito e fundamento.
- 21 — O imposto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos dos impostos. Função e fundamento do imposto.

- 22 — Princípios técnico e jurídico do imposto. Canones de tributações. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
- 23 — Postulados econômicos-financeiros do imposto. Suficiência e elasticidade na imposição.
- 24 — Princípios administrativos do imposto. Certeza, comodidade e economia no imposto. Fontes do imposto. Lançamento, liquidação e arrecadação do imposto.
- 25 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
- 26 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
- 27 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistema reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.

- 28 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.
- 29 — Efeito do imposto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
- 30 — Efeitos econômicos financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.
- 31 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.
- 32 — Pressão fiscal, seu conceito.
- 33 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
- 34 — A penalidade fiscal.

PARTE 3.^a

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

- 35 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
- 36 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição

de 20 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934 e de 10 de novembro de 1937.

- 37 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
- 38 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
- 39 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas de imposto de renda.
- 40 — Imposto de renda no Brasil.
- 41 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.
- 42 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos.
- 43 — Imposto de selo, seu fundamento. O imposto do selo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

- 44 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.
- 45 — Imposto de transmissão de propriedade inter vivos.
- 46 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-morte e sua tributação pelos Estados da Federação. Imposto de sucessão em Pernambuco.
- 47 — Imposto de indústria e profissão.
- 48 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.^a

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS — CRÉDITO PÚBLICO

- 49 — Do crédito público. Natureza e princípios.
- 50 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.

- 51 — Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.
- 52 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
- 53 — Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
- 54 — Finança da guerra. Dívida de guerra, sua significação. Imposto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
- 55 — Imposto sôbre lucros extraordinários e imposto de emergência sôbre o capital.

PARTE 5.^a

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

- 56 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.

- 57 — Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
- 58 — Direito orçamentário nacional.
- 59 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
- 60 — Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
- 61 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
- 62 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições á iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.
- 63 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
- 64 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

- 65 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
- 66 — O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
- 67 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
- 68 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
- 69 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
- 70 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. O inflacionismo continuado.
- 71 — Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Co-

dificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 15 de Janeiro de 1950.

Dr. Luiz Sebastião Guedes Alcoforado
Professor Catedrático

